



## **REFLEXÕES SOBRE ÉTICA, COTIDIANO E PRÁXIS PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL**

### ***REFLECTIONS ON ETHICS, DAILY LIFE AND PROFESSIONAL PRAXIS OF THE SOCIAL WORKER***

Marisaura dos Santos Cardoso<sup>1</sup>  
Carla Alexandra Pereira<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão sobre a ética e a práxis profissional do Serviço Social no cotidiano de trabalho da/o assistente social. Tendo por base os pressupostos fundamentais de Marx, será abordada de forma breve a ética profissional, a partir dos seus fundamentos ontológicos, filosóficos e sua relação à práxis do Serviço Social no cotidiano de trabalho. Constituem-se elementos de reflexão deste artigo os fundamentos ontológicos e filosóficos da ética, o conceito de práxis, o significado real da profissão no contexto de reprodução das relações sociais, a explicitação de suas demandas e requisições socioprofissionais, o cotidiano de trabalho e os rebatimentos ao pleno exercício da prática profissional. A ética, restrita por um longo tempo ao campo da filosofia, amplia-se para diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, ao incidir em diferentes setores da vida social e do cotidiano de trabalho das profissões, ela se apresenta como alternativa à

---

<sup>1</sup>Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local no Centro Universitário UNA (2016). Pós-graduação Lato sensu em Seguridade Social e Mercado de Trabalho pelo Instituto de Educação Continuada - IEC - PUC Minas (2010) e em Serviço Social pela Universidade de Brasília - UnB (2010), graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008);

<sup>2</sup>Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais(1998), especialização em Serviço Social e Política Social pela Universidade de Brasília(2001) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2008). Atualmente é Assitente Social Judicial da Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Suplente do Conselho Regional de Serviço Social - 6ª Região. Tem experiência na área de Serviço Social. Atuando principalmente nos seguintes temas:ética, serviço social, laudo social.

reiteração de práticas profissionais conservadoras incentivadas pelo senso comum e pelo pragmatismo, ou para a efetivação de práticas progressistas voltadas para a defesa dos direitos humanos, da liberdade como princípio ético central, e contra todas as formas de violência, discriminação e exploração.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Ética; Práxisprofissional; Cotidiano de trabalho.

### **Abstract**

The purpose of this article is to develop a reflection about the ethics and professional praxis of Social Service in the daily work of the social worker. Based on Marx's fundamental assumptions, professional ethics will be briefly addressed, starting from its ontological, philosophical foundations and its relation to the praxis of Social Service in the daily work. These following topics are reflection elements in this article: the ontological and philosophical foundations of ethics, the concept of praxis, the real meaning of profession in the context of reproduction of social relations, the explication about their demands and socio-professional requisitions, the daily work and the reflexes to the full exercise of professional practice. Ethics, restricted for a long time to the field of Philosophy, now extends to different areas of knowledge. And by focusing on different sectors of social life and the daily work of the professions, it presents itself as an alternative to the reiteration of conservative professional practices encouraged by common sense and pragmatism, or for implementation of progressive practices aimed at the defense of human rights, of freedom as a central ethical principle and against all kinds of violence, discrimination and exploitation.

**Keywords:** Social Service; Ethic. Professional praxis; Daily work.

## **INTRODUÇÃO**

Dentre os tantos dilemas da vida contemporânea, aqueles decorrentes do comportamento humano merecem uma atenção especial, como é o caso da ética. As reflexões que se seguem visam fomentar uma discussão dinâmica sobre ética a partir dos seus fundamentos filosóficos e suas bases fundantes, históricas e seu rebatimento no exercício profissional.

No entanto, para evitar as armadilhas do senso comum apresentamos como ponto de partida o significado atribuído à ética e a sua relação com determinada práxis social e suas categorias filosóficas. Não obstante, lembramos que somente compreender a ética em suas bases fundantes não é suficiente para garantir que sua realização seja objetivada na prática, uma vez que as determinações do cotidiano influenciam e tornam-se, muitas vezes, entraves a sua materialização.

Nesse sentido, refletir criticamente sobre a vida cotidiana, as ações realizadas e a sua finalidade passa a ser uma condição para questionar os valores reproduzidos, o exercício da liberdade e seu sentido quanto à capacidade de agir eticamente. Na sociedade capitalista, em que as condições objetivas favorecem a reprodução do modo de vida mercantil, de valorização da propriedade privada e de ocultação da desigualdade social, as contradições estão postas na medida em que ferem os interesses universais de liberdade e de emancipação do gênero humano. A partir dessas questões, sugerimos repensar as ações humanas que priorizam valores individualistas, em detrimento do interesse maior da coletividade, reforçando a violência, o preconceito, a discriminação, o conservadorismo, a descrença na política em sua forma democrática e o apelo a medidas de cunho moralizante e repressivas para 'solucionar' as crises sociais.

O fato de toda ação consciente conter uma posição de valor, só nos mostra que todo homem é um ser capaz de agir eticamente, pois é dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolhas racionais entre alternativas de valor, projeções teleológicas e ações objetivas de modo que ao objetivá-las, o sujeito, a partir de pressupostos éticos e valorativos, possa interferir em condições sócio-históricas determinadas.

Por esses motivos, debater a ética na práxis do Serviço Social, seus princípios e valores e sua materialização no exercício profissional da/o assistente social é fundamental, uma vez que o cotidiano de trabalho impõe cada vez mais novos desafios, exigindo sempre novas respostas à sua intervenção. Contudo a atuação profissional, na perspectiva da ampliação de direitos, é um dos compromissos éticos desta profissão e requer atenção constante ao que está previsto no Código de Ética de 1993, em seus onze princípios, mas não só isso, pois

exige das/os profissionais, disposição para a luta diária na construção de uma nova sociabilidade.

## **ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL, NO CONTEXTO ATUAL MARCADO POR RETROCESSOS, UM DEBATE QUE SE FAZ NECESSÁRIO**

Etimologicamente, a palavra ética deriva do grego *ethos* que, por sua vez, remete à morada humana, já que *ethos* refere-se ao plano simbólico e objetivo da satisfação e realização humana em todas as suas dimensões, sejam elas psicológicas, afetivas, espirituais, estéticas, econômicas, políticas, culturais, dentre outras.

Segundo Vásquez (2014), comumente há uma tendência em conceituar a *ética* como “ciência da moral” e, como toda ciência, ela investiga as condições pelas quais se fundam o comportamento prático moral do homem em uma dada sociedade. O fato de toda ação consciente conter um juízo de valor entre o que é bom ou ruim correto ou incorreto pressupõe que essa ação possui uma dimensão ética que se objetiva nas escolhas valorativas que os indivíduos realizam, sustentadas por um código de condutas ético-moral (VÁSQUEZ, 2014, p. 63).

A ética está relacionada à totalidade de objetivações mais genéricas, sejam materiais sejam espirituais, produzidas pela humanidade em seu desenvolvimento social e histórico. Ela sustenta-se em princípios e valores mais universais que afetam a sociedade. A dinâmica social fundada na lógica do capital tem como pressupostos éticos fundantes a acumulação de bens e a exploração da classe trabalhadora, e a categoria liberdade assentada numa perspectiva individualizante, desconsidera o universalismo e a alteridade como pressupostos éticos no campo das relações sociais. Nesse sentido, para Barroco (2009) a ética:

[...] desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante (BARROCO, 2009, p. 9).

O comportamento ético de uma dada sociedade e/ou grupo social é o reflexo da ética que sustenta as normas e a própria conduta moral das pessoas. Esse

comportamento envolve escolhas e decisões que podem extrapolar o cotidiano, de forma que a singularidade do ser seja elevada à sua dimensão humano-genérica. Nas palavras de Heller (2000) citadas por Barroco (2009), “quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais uma decisão eleva-se acima da cotidianidade” (p. 11), assim, conseqüentemente a moral se eleva a esse novo patamar, de tal forma que suas ações estejam voltadas para o outro e para o coletivo da sociedade.

No consciente, o indivíduo amplia sua capacidade extrapolando o seu campo singular para o humano-genérico, a partir do momento em que ele age como *sujeito ético*. Nessa direção, a sua ação (ética) “implica, por definição, levar em conta o outro e a sociedade [...]. Já a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade [...]”. É por isso que a ação e a reflexão éticas devem estar juntas na *práxis*, pois esta deve buscar, como forma de percepção do eu e do universal, a superação crítica do cotidiano (conflitos morais), levando o indivíduo a adquirir a consciência para além de sua singularidade (Tertuliamapud Barroco, 1999, p. 126).

A moral que vem do latim *mores* ou *moralis*, torna-se uma forma do existir da ética, ela remete às regras de conduta e comportamento dos indivíduos de um grupo ou sociedade. Ela é uma exigência para sustentação da reprodução ideológica e para a integração dos homens, tal como acrescenta Heller:

Se chega na moral, unicamente, quando a exigência é interiorizada, quando se eleva a motivação pessoal, quer dizer, quando a exigência da sociedade aparece como uma exigência que é singular dirigida a si mesmo, e que, evidentemente, põe de um modo espontâneo o consciente como meio inclusive frente a outros (HELLER, 1977, p.134).

É importante observar que a prática moral, como uma ação humana, tem como perspectiva o bem individual e o da coletividade, através da regulação dos comportamentos. Assim, a interação entre os indivíduos no sentido da manutenção da vida social, ocorre a partir do estabelecimento de normas, deveres, valores e princípios, sempre de acordo com as necessidades históricas, na busca pela legitimação das relações humanas e da sociabilidade.

De forma geral, a reprodução das normas internalizadas pelo indivíduo,

ocorre no espaço da vida cotidiana, através da repetição, torna-se hábito e, posteriormente, um costume. Barroco (2005) ressalta:

[...] a cotidianidade é um elemento ontológico do ser social, ou seja, insuprimível, desempenhando uma função necessária à vida em sociedade, pois é nessa dimensão da vida social que o indivíduo assimila as formas mais elementares de responder às necessidades de autoconservação: aprende a manipular os objetos de acordo com os costumes de sua época e com suas necessidades práticas imediatas (BARROCO, 2005, p.39).

Contudo, sendo esse espaço da rotina e da repetição favorável à alienação, e considerando, ainda, as determinações das condições sociais, há uma tendência de assimilação dos valores morais de forma subjetiva. Como explica Heller, “a moral é, sobretudo uma atitude prática que se expressa em ações e decisões [...]” (HELLER, 1977,p.132). Como as regras morais são passíveis de transgressões e transformações, se houver possibilidade (condições concretas), o indivíduo terá a oportunidade de escolha frente à norma moral imposta de forma consciente e livre, seguindo a uma direção ética que molde seu comportamento moral. Barroco (1999) salienta que:

(...) a reflexão ética possibilita a crítica à moral dominante pelo desvelamento de seus significados sócio-históricos, permite a desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade. Nesse espaço, a moral também pode ser reavaliada em função do seu caráter legal, quando se indaga sobre a validade das normas e deveres em sua relação com a liberdade, fundamento ético essencial (BARROCO, 1999, p.26).

Ao buscar as raízes da ética, na natureza humana, podemos perceber, com os apontamentos da autora, que a capacidade de agir eticamente só é dada ao homem, sendo essa capacidade alicerçada na (re) produção da vida social, portanto, construídas a partir das determinações históricas como o trabalho. Nesse sentido, Barroco (1999) afirma “(o) trabalho, como práxis, [...] componente desencadeador do processo de (re)produção do ser social como ser histórico, consciente e livre, capaz de instituir-se como sujeito ético” (p.122).

Sob o ponto de vista das possibilidades sócio-históricas de objetivação da liberdade, podemos dizer que dentre as finalidades da ética têm-se: a *prática moral* (ato de realizar escolhas, de se posicionar a partir de valores); uma vez que a *ação ética tem “por definição, [...] levar em conta o outro e a sociedade”,* (Tertuliamapud

Barroco, 1999, p. 126) e a *reflexão ética* que possibilita a crítica, à moral dominante, pelo desvelamento de seus significados sócio-históricos, desmitificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, buscando sempre a valorização e o exercício da liberdade. Em tempos de conservadorismo, o preconceito contribui para a manutenção da ordem social imputada pela sociedade de classes, nas palavras de Heller (2004):

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas, que por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente (HELLER, 2004, p. 43).

A vida cotidiana impõe ao indivíduo atitudes que podem negar ou afirmar os valores morais que reforçam uma visão do “Eu”, ou seja, do indivíduo singular submerso em múltiplas tarefas e exigências que podem aliená-lo ou superá-la. O cotidiano não é por si só alienante, pois através dele é possível questionar o que está posto de forma a estabelecer uma ação prática voltada para a emancipação do gênero humano. Dessa forma, na vida cotidiana, a moral também pode ser reavaliada em função do seu caráter legal, quando se indaga sobre a validade das normas e deveres em sua relação com a liberdade como fundamento ético essencial (BARROCO, 1999). Assim sendo essa capacidade de agir eticamente, só será possível, quando o ser humano criar as condições necessárias para intervir ética e politicamente na realidade, de forma consciente e livre.

Nesse sentido, uma contradição na sociedade contemporânea é a defesa da liberdade individual que finda quando se inicia a do outro, baseada nos princípios do interesse e da realização pessoal. Todavia, a liberdade na perspectiva da teoria social crítica pressupõe condições objetivas e possibilidades de acesso para transformação da realidade. Barroco (2008) ao citar Marx destaca que “(...) a liberdade não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas.” (BARROCO, 2008, p. 26).

O exercício da liberdade na perspectiva que a autora destaca, prima pela emancipação humana, garantindo as possibilidades para que homens e mulheres criem suas próprias alternativas de escolhas, de acordo com seus valores morais, culturais, religiosos, políticos. A igualdade acompanhada pela equidade torna-se condição essencial para o pleno exercício da liberdade de todos, não só de alguns, mesmo em condições que limitem esse exercício.

No âmbito do Serviço Social, os estudos sobre a ética ganham destaque a partir da década de 1990, auge do amadurecimento intelectual da profissão. Cabe ressaltar que foram muitos os avanços e conquistas, principalmente em termos deontológicos, ou seja, da ética profissional. Tem-se no Código de Ética de 1993, o resultado do acúmulo das discussões que permearam a história do Serviço Social, para a superação do conservadorismo. Assim, o Código dá sustentação às mediações necessárias à prática profissional, sinalizando um horizonte de crítica e resistência ao projeto neoliberal, além de vincular o projeto profissional a um novo projeto societário. Num contexto de constantes desafios e, ao mesmo tempo, limites a serem superados pelo Serviço Social, Netto (1999) nos alerta:

A possibilidade de transformação dessa realidade adversa continua a ser tarefa dos homens, quando organizados politicamente em torno de projetos de ruptura. Nosso empenho, nessa direção, também se fortalece nas pequenas batalhas cotidianas, que embora limitadas profissionalmente, podem consolidar politicamente o agir profissional coletivo (...) (NETTO, 1999, p.134).

O Serviço Social é uma profissão que se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, em seu caráter transitório, pois ele é socialmente condicionado. No processo de trabalho da/o assistente social, estabelecem-se os limites e as possibilidades de uma práxis profissional, com singularidades que condiciona a profissão, às demandas e às requisições socioinstitucionais específicas e direcionadas à correspondência de determinados objetivos. A práxis é fruto de sujeitos que a ela se dedicam, em outras palavras, os profissionais que protagonizam sua prática demarcando os limites da sua ação, a um arcabouço teórico, técnico, ético e político.

A práxis da/o assistente social não é neutra e nem tampouco está descolada dos fundamentos que a sustenta, uma vez que a/o profissional é dotada/o de uma

teleologia própria e orienta-se para atingir um fim específico. Tal práxis é teleológica quando seus atos são dirigidos ao alcance de um objetivo, um resultado ou um produto real e efetivo (VÁZQUEZ, 2007).

Como toda práxis que implica uma intervenção da consciência, o seu fim, segundo Vázquez (2007), existe duas vezes: “como resultado ideal e como produto real” (p. 221). Assim sendo, em toda práxis, e a profissional não é diferente, o seu produto é, antes de tudo, fruto da consciência e dos atos e processos que se articulam e se estruturam de acordo com o produto idealizado. Por mais que o objetivo seja idealizado, pensado e planejado pelo sujeito, e por mais que este mesmo sujeito oriente a sua atividade para atingir a um fim pretendido, este estará, sempre, subordinado ao curso da própria atividade. Nas palavras de Vázquez (2007), “o fim, [...] é a expressão de certa atitude do sujeito diante da realidade” (p. 222).

A atividade da consciência tem um caráter teórico, pois ela formula os fins e produz conhecimento acerca da realidade, mas ainda não é práxis. Essa atividade só se torna práxis quando ultrapassa o plano da consciência e se materializa, por meio da atividade prática que se manifesta no trabalho humano. A atividade cognoscitiva, idealizada e planejada, só se caracteriza como atividade prática ao se radicar no plano real para além das fronteiras da consciência, agindo sobre uma matéria que já existe fora do plano consciente, a partir das operações, das técnicas empregadas para manipulá-la e transformá-la (VÁZQUEZ, 2007).

Segundo o autor (2007), ao citar Marx, a práxis adquire um caráter real e objetivo, por meio do *trabalho*, à medida em que essa atividade transforma a realidade, pois o seu objeto é a tessitura social, ou seja, as relações sociais tecidas e moldadas pelo gênero humano nos diversos contextos sociais e históricos.

A práxis é produtiva quando a atividade prática, ou seja, o trabalho mediatiza a relação entre o sujeito que a realiza e a natureza, de forma que esse sujeito consiga romper a resistência das matérias e transformar sua substância para torná-las mais úteis às necessidades sociais e humanas. Esse processo transformador só se efetiva, em determinadas condições sociais, “no marco de certas relações que os homens contraem como agentes da produção [...] e *do que* Marx chama [...] de *relações de produção*”. Isso significa que no processo de trabalho, o homem, através

da atividade, utiliza-se de sua capacidade ou potenciais humanos e dos meios e instrumentos disponíveis para realizar a sua ação transformadora sobre o objeto (VÁZQUEZ, 2007, p. 227).

## **O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE EM TORNO DA ÉTICA PROFISSIONAL**

Primeiramente, partimos da compreensão de que cada processo de trabalho possui duas dimensões intrínsecas e inter-relacionadas: a subjetiva, expressa na atividade do trabalhador, e a objetiva, presente nas condições materiais do trabalho, representadas pelo objeto de trabalho, pelos meios e instrumentos utilizados à sua efetivação. (VÁZQUEZ, 2007).

Iamamoto (2007) desenvolve algumas reflexões para que possamos pensar a profissão como trabalho e inserida em processos de trabalho. A autora salienta que todo processo de trabalho implica numa matéria-prima e num objeto, a partir dos quais incidem a ação humana. Tal ação efetiva-se pelo trabalho e este requer meios e instrumentos, sem os quais não será possível a incidência humana.

Nessa perspectiva, o objeto de trabalho da/o assistente social é a questão social, em suas múltiplas expressões. Ele é determinante da práxis da/o profissional, nos mais diversos contextos socioprofissionais. As suas manifestações estão presentes no cotidiano dos mais diversos segmentos da sociedade como: crianças, adolescentes, idosos. Situações das mais diversas como a violência contra a mulher, violações contra a pessoa com deficiência e em questões como a luta pela terra, por melhores condições de atendimento à saúde, à educação, à assistência, dentre outras. Essas manifestações são, portanto, a matéria-prima da intervenção profissional da/o assistente social (IAMAMOTO, 2007).

Assim, de acordo com a autora, a/o assistente social é um profissional que trabalha com políticas sociais, de natureza pública ou privada. Elas são respostas às expressões da questão social, ao lado de outras formas acionadas para seu enfrentamento. Nesse cenário político-institucional, essa/e profissional desenvolve a sua práxis, à qual privilegia a produção e a reprodução da vida social da classe que vive do trabalho eleva em consideração três aspectos que são fundamentais: o primeiro aspecto diz respeito ao homem como sujeito ativo e promotor da principal

atividade movente do processo histórico; o segundo aspecto destaca a condição ético-política da sua práxis e o terceiro aspecto diz respeito à capacidade de produzir e reproduzir as relações sociais (SARMENTO, 2012).

Dessa forma, a/o assistente social desenvolve competências, atribuições, capacidade técnico-profissional e de caráter ético-política para incidir, diretamente, nas condições de vida dos sujeitos, visando a defesa dos direitos humanos, em favor da liberdade, da democracia e da cidadania, e o repúdio a todas as formas de violência, discriminação, exploração e opressão, conforme prevê o Código de Ética da profissão (COSTA e MADEIRA, 2013). Assim sendo, a práxis do Serviço Social não se limita à dimensão do *ethos*, do seu modo de ser, mas ela o determina, a partir do momento em que o expressa no cotidiano de trabalho. Nesse contexto, a ética profissional é um elemento importante da práxis da/o assistente social. Orienta a sua teleologia e define uma série de princípios que nortearão o projeto profissional.

É importante ressaltar que os princípios éticos da profissão não conseguem expressar o projeto profissional em sua totalidade, mas se tornam os pressupostos que norteiam o compromisso profissional com a ordem societária. Os dois (ética e projeto profissionais) encontram-se expressos no Código de Ética, em seus valores, princípios e orientações normativas. Dessa maneira, os Códigos de Ética comportam o sentido da direção social da profissão, conformam uma unidade hegemônica, mas não homogênea, com o seu posicionamento político, com seus referenciais teórico-metodológicos e com seu arcabouço jurídico-normativo (CARDOSO, 2013).

Assim, ao assistente social é demandado posicionamento ético e político, no atendimento direto do usuário, na articulação socioprofissional e institucional com outros profissionais, com outras instituições e com o próprio Estado. Essa atuação provoca o profissional a se posicionar diante das relações das classes sociais presentes. O posicionamento pode ocorrer de maneira individualizada, manifestando aspectos de uma determinada ética individual e profissional, que se materializa na relação entre as necessidades socioeconômicas, ideoculturais e nas possibilidades de escolhas ético-morais dos indivíduos (CARDOSO, 2013).

A ética profissional, portanto, faz parte de uma práxis que é singular, mutável, diversa e muitas vezes contraditória, mas que é sempre direcionada na vida cotidiana. Possui duas dimensões inter-relacionadas: uma que é a expressão da

reflexão teórica sobre os fundamentos éticos e morais e a outra que está relacionada às respostas conscientes de uma categoria profissional (CARDOSO, 2013).

O cotidiano profissional torna-se, nessa perspectiva, o lócus privilegiado para a materialização dos fundamentos éticos em ações concretas por meio da prática profissional. Na mesma linha, Guerra (2012) salienta que o cotidiano de trabalho é o lugar da reprodução de indivíduos, “sendo por isso, um espaço ineliminável e insuprimível” (p. 43) e reforçando o exposto por Heller (1989), ressaltando que

vida cotidiana é a vida de todo homem. [...] Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica, a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade [...]. No cotidiano os homens tanto adquirem quanto exercitam os seus conhecimentos, as suas habilidades, ideias, sentimentos (de modo que) é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade (HELLER, 1989 *apud* GUERRA, 2012, p.43).

Nos termos da autora (2012), o cotidiano faz a mediação entre o particular e o universal, e por tratar-se de um espaço de atuação limitada para indivíduo, ele concentra as atividades que a/o profissional realiza, não permitindo, em grande medida, que esse indivíduo se atente às questões e realidades macroconjunturais. Guerra (2012) destaca, ainda, que as limitações do cotidiano estão relacionadas às características desse lugar como a heterogeneidade das demandas, fazendo com que o sujeito se ocupe integralmente a elas. O espontaneísmo estimula um pensamento espontâneo, abrindo margem a uma banalização de hábitos e costumes que produzem motivações particulares e individualistas. A imediaticidade das demandas, por sua vez, desencadeiam na vida cotidiana respostas imediatas e, muitas vezes, distantes de uma reflexão mais totalizante e incapaz de decifrar o que está escondido por trás da aparência. Enquanto a superficialidade dificulta uma visão ampla e o esforço intenso e concentrado à produção de respostas condizentes com a amplitude dos problemas sociais.

Tais características adquirem peculiaridades no cotidiano profissional de assistentes sociais na medida em que a diversidade de demandas com as quais esses profissionais trabalham os limitam a uma apreensão imediata e a respostas superficiais, mecanizadas e rotinizadas pelo trabalho intenso e irrefletido. Sem margem para reflexão e sistematização, a prática profissional restringe-se ao

cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, limitando-se a oferecer respostas mecânicas, no âmbito institucional e social (GUERRA, 2012).

É no cotidiano profissional que a/o assistente social sofre as implicações éticas e políticas que incidirão em sua prática e na forma como ela/ele se posiciona diante das situações apresentadas pelos indivíduos. Tal prática adquire significados distintos e produz efeitos diferenciados na vida das pessoas, seja quando reforça o preconceito, a discriminação e a marginalização dos indivíduos, seja quando atua na promoção da cidadania, das garantias sociais e da dignidade humana. Nesse sentido, as contradições presentes no cotidiano expressam, em âmbito local, a dinâmica social mais ampla. Isso coloca em xeque a prática profissional ao precarizar as condições à sua materialização, ao impedir o pleno gozo da sua autonomia, que se relativiza às implicações e determinações presentes em cada contexto sócio-ocupacional. Na vida cotidiana, o pragmatismo na ação e no pensamento é um imperativo, uma vez que o cotidiano

requisita dos indivíduos respostas funcionais que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para consecução de resultados eficazes – o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o “desfecho em si” (grifos da autora) (GUERRA, 2012, p. 47).

Para a autora (2012), a dimensão técnico-instrumental desprovida das outras dimensões da profissão torna-se presa fácil ao pragmatismo e ao senso comum que, ao serem empregados no atendimento das demandas imediatas, descolarão e distanciarão as respostas profissionais do conteúdo que estas demandas carregam. Quando o pragmatismo e o senso comum se encarregam de conduzir o trabalho profissional, eles contribuem para produzir uma consciência comum em torno da contraposição entre a teoria e a prática, no dito popular, reforça a ideia de que na prática, a teoria é outra, sendo esta, portanto, vista como um entrave, e até mesmo, desnecessária à prática profissional.

Diante das peculiaridades de cada espaço sócio-ocupacional, a/o assistente social desenvolve ações diferenciadas e habilidades para articular demandas e recursos, a fim de que suas respostas sejam satisfatórias. Nesses espaços, esta/e profissional é requisitada/o, não apenas, para serem executores, mas também,

formuladores e gestores das políticas e das ações socioassistenciais. Estas/es profissionais viabilizam a prestação direta de serviços sociais junto aos usuários, por meio do repasse de bens e serviços socioinstitucionais. Para operacionalizá-los, elas/eles socializam informações e transmitem orientações necessárias aos usuários; propiciam o repasse de recursos financeiros ou materiais; encaminham-nos para outros serviços institucionalizados; atuam para a garantia do provimento de suas condições socioeconômicas e funcionais e realizam ações de cunho socioeducativo junto aos indivíduos, famílias e grupos sociais.

A prática profissional é produtiva quando responde, do ponto de vista prático-material, a uma necessidade ou demanda advinda da sociedade, ao mesmo tempo, ela é político-pedagógica, quando expressa os princípios, os valores que alicerçam e balizam o posicionamento individual e coletivo das/os assistentes sociais. Portanto, a práxis, em sua forma primária, está ligada diretamente ao trabalho, e a outra forma mais complexa, relacionada à dimensão da cultura, com seus valores éticos, ideais e princípios voltados ao comportamento, no qual se insere a ação ético-moral dos indivíduos.

Na sociedade capitalista, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação e evidenciando o fenômeno da alienação<sup>2</sup>, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos. Nessa dinâmica contraditória, a riqueza produzida pela força de trabalho não é apropriada pela totalidade dos indivíduos, pois na ordem capitalista, a coexistência entre a miséria e a pobreza (material e espiritual) é pressuposto fundamental para a (re)produção do sistema. A ética profissional das/os assistentes sociais é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades de demandas e respostas que legitimam a profissão, na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009).

---

<sup>2</sup>O fenômeno da alienação não pode ser tratado nos limites desse texto. Nossas referências estão explicitadas basicamente em: Netto e Braz (2007); Netto (1981); Heller (1977).

A ética profissional ao se objetivar como *ação moral* da prática profissional, normatizada em um Código de Ética e teorizada na filosofia e nas teorias que a fundamentam, faz da prática da/o assistente social uma *ação ético-política* da profissão. A *moral profissional*, nessa mesma perspectiva, diz respeito à relação entre a ação profissional do indivíduo singular, dos sujeitos nela envolvidos, e do produto concreto da intervenção profissional avaliado, em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo como parâmetros valores e referenciais da categoria profissional (BARROCO, 2009).

O que proporciona materialidade e organicidade à consciência ética das/os profissionais é o seu pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, como trabalhadoras/es, cidadãos/ãos e categoria organizada. A ética é objetivada pelas suas normativas, expressa atualmente, no Código de Ética de 1993, que neste ano, completa 25 (vinte e cinco) anos de existência, e na lei que regulamenta a profissão (Lei Federal nº 8.662/93). Essas normativas orientam o comportamento individual das/os assistentes sociais, regulamentam as relações socioprofissionais com as instituições, com a equipe multiprofissional, com os usuários e com as entidades representativas da categoria. Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética, apenas com a formulação de um código. Seria o mesmo que afirmar a totalidade de uma concepção legalista e formal da ética profissional, como medida e condição suficientes para materialização dos seus princípios e valores através da prática, sem uma aderência consciente das/dos profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural que atinge todas as esferas da vida humana, igualmente, se reflete no âmbito do Serviço Social, que também, não está isento da dinâmica contraditória da realidade, contudo ganha visibilidade como uma profissão comprometida ética e politicamente com princípios democráticos e de emancipação humana. A prática da/o assistente social adquire uma atenção especial, no âmbito da categoria, principalmente, no que se refere às implicações éticas e técnicas do exercício profissional. Esse debate tem centralidade no interior da profissão, pois

revela as dificuldades e os desafios enfrentados pela/o assistente social, cotidianamente, em seu trabalho. Os onze princípios do Código de Ética de 1993 são a expressão do projeto profissional, e a prática da/o assistente social é um dos meios à sua materialização. Mesmo que essa prática esteja inserida em contextos que limitem a ação ética, efetiva e transformadora, ela precisa estar em sintonia com o seu projeto profissional que se sustenta nos princípios como a liberdade, a equidade, a justiça social e a defesa intransigente dos direitos humanos.

As defesas, os posicionamentos e a própria organização político-organizativa da categoria de assistentes sociais, também, materializam os ideais emancipatórios da profissão, por meio de suas instâncias representativas, em aliança com setores progressistas da sociedade. A aliança que é realizada com vários desses segmentos reforça a direção ético-política do Serviço Social sintonizada com as lutas das minorias.

Em contexto de precarização e recrudescimento dos direitos sociais, no âmbito das políticas públicas, a expansão do voluntarismo, de práticas de natureza filantrópica e o condicionamento da profissão reduzem a prática profissional em ações rotineiras, tecnicistas e esvaziadas de conteúdo teórico-crítico.

Por conseguinte, é necessário, persistir em elaboração teórica, pesquisa e análises sobre os processos e condições éticas e técnicas de trabalho da/o assistente social, com vistas ao desvelamento das determinações que desafiam e precarizam a atuação profissional, em tempos de aviltamento das condições necessárias para a promoção da dignidade e emancipação humanas.

Igualmente, é imprescindível estabelecer estratégias coletivas de enfrentamento que perpassem pelo fortalecimento das bases e valorização das organizações políticas do conjunto da categoria e dos estudantes. É um tempo de resistência e de unidade na luta e na defesa do projeto ético-político profissional.

## REFERÊNCIAS

- BARROCO, M.L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social. Módulo 02. Brasília. CEAD-UNB, 1999. P.120-136.
- Ética & Serviço Social: fundamentos ontológicos. 3.ed. São Paulo. Cortez, 2005.
- Fundamentos éticos do Serviço Social. In.: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009. Brasília. CEAD-UNB. P. 166-184.
- \_\_\_\_\_. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção biblioteca básica/serviço social; vol. 4).
- CARDOSO, P. F. G., Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. São Paulo. Editora Papel Social. 2013.
- COSTA, R. G. e MADEIRA, M. Z. A. Trabalho, práxis e Serviço Social. In.: R. Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 101-110, jan./jun. 2013.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2012.
- HELLER, A.. Sociologia de lavita cotidiana. Barcelona. Península, 1977.
- \_\_\_\_\_. O cotidiano e a história. 7.ed. São Paulo. Paz e Terra, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez, 2007.
- NETTO, J. P.. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo e reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- \_\_\_\_\_. BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica - 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- SARMENTO, H. B. M.. Instrumental técnico e o Serviço Social. In.: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2012.
- VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Coleção Pensamento Social Latino-Americano. São Paulo. Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. Ética. Tradução de João Dell'Anna. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.